



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8350 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT24 - Educação e Arte

CULTURA ESCOLAR E SUA INVISIBILIDADE NA PRÁTICA EDUCATIVA NO COTIDIANO DA ESCOLA BÁSICA

Jefferson Nogueira Lopes - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Lúcia Helena de Brito - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

CULTURA ESCOLAR E SUA INVISIBILIDADE NA PRÁTICA EDUCATIVA NO COTIDIANO DA ESCOLA BÁSICA

Há certo consenso entre os pesquisadores da educação quanto ao fato de historicamente ter-se constituído no Brasil um sistema educacional dualista. Esta dualidade se manifestou ao longo do tempo por meio de um processo diferenciado de organização curricular, seleção de conteúdos, financiamento do corpo material da escola e, sobretudo, com a permissibilidade da legislação em instituir sistemas educacionais públicos e privados.

Nos últimos trinta anos, as mudanças de orientação na gestão escolar foram influenciadas pelo modelo empresarial de gestão. Iniciada nos anos de 1990, a crescente ingerência de corporações empresariais nas políticas educacionais se objetiva em projetos a serem desenvolvidos nas escolas. As dimensões mais afetadas por essa ingerência são a prática pedagógica e a dinâmica do cotidiano escolar. Nesse âmbito, o cotidiano escolar é atingido por um espírito competitivo em função da adoção de sistemas de avaliações padronizadas, internas e externas.

No percurso histórico de análises críticas formuladas por educadores e pesquisadores da educação elencamos algumas abordagens que demarcam diferentes olhares sobre a questão educacional a definirem objetos de estudo, como a função social da escola; a política estruturante do sistema nacional de educação; a demanda econômica e social, sob a crítica da economia política; a crítica à justificativa oficial do fracasso escolar; a crítica à mensuração da qualidade do ensino por avaliações padronizadas. A escolha dos autores guiou-se por breve cronologia histórica quanto à predominância da questão da relação educação e sociedade, a exigirem seus objetos categorias de análise macro-estruturais: Bárbara Freitag, Otaíza de Oliveira Romanelli, Demerval Saviani, Gaudêncio Frigotto, José Carlos Libâneo, Sônia Terezinha de Sousa Penin, Maria Helena Souza Patto, e Paulo Freire.

Nosso objetivo com este artigo é refletir sobre a cultura escolar e sua relação com a atividade educativa. Partimos da premissa de que a cultura escolar, como categoria de análise,

possibilita o entendimento e o desvendamento de fatores justificadores do “fracasso escolar” na escola básica pública, ao imputar como causas o desinteresse do aluno, o cansaço do professor, a inadequação de metodologias, e o não envolvimento com habilidades e competências a renovarem a motivação dos alunos para o ato de aprenderem. Subsidiado por autores que incluem a cultura e a cultura escolar em suas análises sobre a problemática da educação considerou-se a premissa de que a escola possui uma cultura própria e o desvendamento de seus elementos constitutivos pode contribuir com o entendimento de problemas enfrentados no cotidiano da prática educativa.

Destacamos então a importância de se discutir a escola como uma totalidade da qual a cultura também é parte constitutiva. Cultura é um termo que comporta uma variedade de apreensões. Historicamente, o termo foi se configurando como um conceito a definir civilização - no sentido evolucionista do progresso técnico desde o século XVIII, a definir o modo particular de vida de um povo – no sentido de afirmar pertencimento a uma nação, e, posteriormente, apropriado como objeto de estudo da Antropologia, pautou-se como foco o sentido e o significado gestado em cada grupo social – gerando um relativismo cujo centro priorizava-se a descrição etnográfica. A Sociologia viu no conceito de cultura a possibilidade de análise da sociedade a partir de diferenciações de classe – costumes, tradições, formas de luta, a dar pistas consideráveis aos conflitos sociais. Como salienta Terry Eagleton (2003, p.49), “[...] nos encontramos atualmente encurralados entre noções de cultura demasiado amplas para serem úteis e desconfortavelmente rígidas, sendo a nossa necessidade mais urgente avançar para além delas”.

Não sendo nosso propósito adentrar nesse debate, tomamos como premissa situar ontologicamente a cultura como ação e trabalho. A objetivação do homem no mundo visa a sua transformação no intuito de suprir as necessidades vitais orgânicas do ser, assim como outras necessidades da esfera do ser social, mediadas pelo trabalho. A cultura como dimensão imanente da ação humana se objetiva por mediações historicamente situadas. De acordo com Bakhtin (2002), os sentidos atribuídos a uma ação humana são determinados sócio-historicamente e manifestam-se em determinadas circunstâncias de produção e reprodução da vida na qual se inserem os sujeitos sociais. Os significados da atividade humana se revelam como formulações interessadas a partir do lugar valorativo ocupado pelos sujeitos no contexto das lutas e conflitos sociais na sociedade de classes.

Ao mesmo modo do termo cultura, a acepção cultura escolar possui diferentes matizes. A inserção da categoria cultura escolar no debate sobre a questão educacional a partir dos anos de 1970, surge da necessidade de se compreender a dinâmica interna do cotidiano escolar para além do entendimento do papel social da escola como instituição de reprodução social, como afirmam as teorias reprodutivistas.

Sabendo-se a sala de aula o espaço de objetivação da prática educativa, ação que pressupõe relação entre sujeitos, há não apenas que se considerar a diversidade de culturas ali presentes, mas, sobretudo, conhecê-las no contexto de sua constituição sócio-histórica. A cultura escolar, por meio de seus elementos constituidores, exerce orientações ao conjunto que compõe a comunidade escolar. Esses elementos evidenciam-se tanto na atividade educativa do corpo docente, como no modo de se expressarem os educandos, ambos situados no espaço e no tempo. A cultura escolar como categoria de análise possibilita o reconhecimento da diversidade de visões de mundo e as relações entre os saberes que no cotidiano escolar se objetivam. Gera o sentido da pergunta pela função cultural da escola.

Farias Filho et. al. (2004) apresenta autores que atentam para tais distinções por considerarem que estudos com abordagem histórica sobre a organização da escola e suas normas, suas pedagogias, e suas práticas educativas, sua organização curricular, suas

festividades no calendário letivo e outras práticas evidentes no seu cotidiano, analisadas a partir de documentos estariam tomando a cultura escolar como objeto de estudo. Tomar o termo como categoria de análise seria um ponto de partida do olhar investigativo sobre os elementos culturais constitutivos das práticas educativas, da organização do trabalho, dos valores, normas, políticas educacionais e suas formas de objetivação no interior da escola, a denotarem especificidades cotidianas da escola com interesse de desvendar como ali as relações gestam uma cultura própria.

Todavia, essas duas conotações do termo não se apresentam tão díspares. Percebemos o modo como cultura escolar como categoria de análise acaba por ampliar o sentido da cultura escolar presente na escola – a cultura da escola, a cultura escolar como objeto de estudo ou como categoria de análise acabam servindo ao mesmo fim: reconhecer a cultura como elemento constituinte dos processos formativos em todas as suas esferas organizativas – política educativa, gestão, currículo, regras e normas, valores, prática educativa e seus sujeitos - e como esses processos se objetivam no cotidiano da escola. Nesses termos, à parte as diferentes conotações do uso do termo cultura escolar pelos seus estudiosos – como objeto de estudo e/ou como categoria de análise – optamos pela segunda acepção pelo seu caráter orientador de investigações dos processos desenvolvidos no cotidiano da escola.

Há um aspecto na pesquisa sobre a questão educacional no Brasil que percebemos raramente debatido no âmbito da formulação de políticas de educação e/ou modelos de gestão, incluindo estruturas e conteúdos curriculares, que é a pergunta pelo sentido do conhecimento. Inferimos que este sentido apenas pode ser desvelado na comunidade escolar sob o olhar inquirido à luz da cultura escolar.

A cultura escolar nos permite inquirir, para além da cultura gestada na correlação de forças entre gestores e professores, em sentido amplo, a cultura da sociedade - em sua diversidade - amplamente difundida e consumida pelos estudantes, que adentram na escola, a manifestarem saberes, modos de ser, de estar e de ler o mundo no mais das vezes em dissonância aos conhecimentos disciplinares da escola. Atenta-se para a cultura escolar como um recurso conceitual e metodológico para se compreender como se trava essa disputa cultural no cotidiano escolar em suas mais variadas formas de negociação, pensando, sobretudo, na realização do processo formativo cujo sentido da aprendizagem e a apropriação do conhecimento pelo aluno seja atribuído de sentido.

Para entendermos a especificidade da transmissão da cultura pela escola, partimos da premissa de que é imanente à ação humana o caráter educativo, uma vez que o ser humano acumula aprendizado durante o seu processo de objetivação, por meio da atividade do trabalho - atividade fundante do ser social. Um conhecimento adquirido que se exterioriza no indivíduo desenvolvendo-se em sua particularidade, o que passa a ser compreendido como cultura quando difundido, sendo-lhe assim atribuído sentido social.

Para Saviani (1992) a educação produz em cada indivíduo singular a cultura humana formulada coletivamente pelos homens, sob determinadas circunstâncias históricas. Estão aí pressupostos dois aspectos: o primeiro se refere à identificação, seleção dos conteúdos culturais fundamentais a serem assimilados no processo educativo; o segundo se trata dos meios para realização e difusão desses conteúdos, que nas palavras de Saviani (1992, p.21) são as “formas adequadas de desenvolvimento do trabalho pedagógico” que o autor defende ser a escola - “[...] uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (Idem, ibidem, p.22). Na concepção do autor, essa sistematização se refere ao saber elaborado nas suas formas mais desenvolvidas, seja no campo da ciência, da filosofia, das artes, dentre outros.

Penin (1994) aponta que conhecimentos sistematizados coexistem com saberes que

apresentam variados níveis de elaboração provenientes da mídia, da política, do regionalismo, entre outros complexos. Tais conhecimentos compõem parte do imaginário das pessoas que têm acesso a esses saberes e a partir deles produzem sentido que dão substância a uma cultura particular.

Na constituição do processo educativo escolar, Penin (1994) salienta que na escola o professor não se defronta somente com o conhecimento sistematizado, mas também está exposto à cultura escolar, na qual se traduz o confronto entre os saberes sistematizados pela cultura geral, a lógica burocrática e institucional das características da profissão, e com a vida escolar. A Escola se situa nessa esfera que contém a formalidade da prática do ensino e a informalidade do cotidiano.

Como afirma Giroux (1982) o processo educativo é um meio de conhecimento que possui uma base sócio-histórica-cultural, na qual se relacionam dialeticamente saberes advindos da cultura de massa, da cultura popular, da cultura erudita e da cultura gestada na escola. Resulta desse debate a concepção de escola como um espaço de diálogo entre a difusão do conhecimento sistematizado e as objetivações expressas decorrentes dos saberes gestados pela cultura da comunidade, organizados em formas curriculares e extracurriculares.

Duarte (2016) situa o espaço da escola, ressaltando o lugar que ela ocupa no seio da luta de classes. O autor, ao assumir a defesa dos conteúdos culturais - artísticos, científicos, filosóficos, etc. - elaborados e transmitidos sistematicamente pela escola, em diálogo com os saberes objetivados relativos ao modo de ser particular da comunidade de estudantes e professores, é por considerar serem elementos que podem cumprir o papel de desmistificar a aparência “fetichizadora” da vida cotidiana, que naturaliza as relações opressoras de reprodução do sistema capitalista. Para Duarte (2016, p. 14), “A transformação coletiva e consciente da realidade social requer a compreensão da realidade atual, a análise das possibilidades nela existentes e estratégias de luta para a construção de uma sociedade ainda não existente”. Duarte (2016) destaca a importância da categoria da catarse para a formação humana. O efeito catártico alcança o indivíduo pela mediação de complexos como a arte, a ciência e a filosofia. Para Duarte (2016, p. 18), todos partem da realidade cotidiana e “[...] podem, por meio do trabalho educativo, produzir saltos qualitativos decisivos em termos de desenvolvimento da visão de mundo dos indivíduos”.

Nesses termos, a categoria cultura escolar no sentido amplo é fundamental para análise do papel da cultura apreendida pelo aluno nos diversos meios de comunicação que acessa, na sua comunidade de pertencimento, e objetiva-se no cotidiano escolar como manifestação de forma de ser e/ou de expressar a sua visão de mundo.

A escola pública básica, foco de nossas observações de pesquisa, agrega um contingente de estudantes jovens pertencentes à população de baixa renda. Nesse contexto, é atingida amplamente pela produção cultural disseminada no seu cotidiano por meios de comunicação de massa - a cultura de massa - uma produção intencional e planejada para fins específicos, possuem caráter formativo.

Para Paulo Netto (1989, p. 67), a cotidianidade “impõe um comportamento que apresenta modos típicos de realização, assentados em características específicas que cristalizam uma modalidade de ser do ser social no cotidiano, figurada especialmente num pensamento e numa prática peculiares”. As formas de reagir podem ser entendidas como pragmatismo, ou automatismo, se motivadas pelo critério de utilidade. E nesse agir espontâneo o homem só se percebe como indivíduo na sua singularidade. Nesse sentido, expressões em diferentes linguagens são utilizadas pelos estudantes para se comunicarem e/ou objetivarem suas leituras de mundo por meio de ações. De modo espontâneo, manifestam-se a partir do que apreendem das informações que lhes chegam por meio da

cultura difundida na esfera social do seu cotidiano.

Nossa reflexão aponta para os aspectos educativos das práticas culturais na escola pública, especificamente aquelas reconhecidas como expressões de sentido objetivadas nas ações dos jovens estudantes da Escola Básica pública, em seus momentos de atividades na sala de aula ou de recreação. Considera-se como objeto de observação a cultura disseminada pelos meios de comunicação de massa aos quais esses estudantes têm acesso e o modo como influencia o comportamento dos jovens na escola. Necessita-se, pois, que a cultura escolar e seus elementos constituintes sejam considerados nos estudos sobre os processos educativos presentes na escola e seus desdobramentos na formação dos discentes e do corpo docente.

Pretende-se com esta reflexão que a categoria cultura escolar contribua para o aprofundamento de uma análise crítica acerca da questão educacional brasileira, tendo como foco o fracasso escolar, no sentido da não realização do processo de ensino e de aprendizagem. A tendência em responsabilizar sobremaneira o professor pelos resultados obtidos nas avaliações padronizadas vem se desdobrando num processo de reificação da prática educativa. Muito mais do que reproduzir, o norte da ação educativa na escola necessita traduzir-se em práticas emancipatórias a alimentar o processo histórico de humanização do homem.

No cotidiano escolar é corriqueiro os professores afirmarem não dispor de tempo suficiente para efetuar seu trabalho de modo adequado aos desafios que se lhes apresenta a sua prática educativa na sala de aula. O cansaço, o adoecimento e a falta de motivação dos docentes, bem como a desmotivação dos estudantes e a evasão escolar aliam-se a duas apressadas justificativas: a de que as metodologias consideradas tradicionais perderam eficácia diante de novas tecnologias do mundo moderno; e a de que o desinteresse dos alunos pelo conhecimento é atribuído a uma ausência de sentido.

Todavia, a exclusão da comunidade escolar – gestores, professores e estudantes – e dos estudiosos da questão educacional do processo de formulação de políticas públicas de educação e da elaboração de projetos pedagógicos da escola solapa a autonomia dos professores em gerir sua prática educativa, rouba-lhes o tempo da reflexão ao sucumbirem em um cotidiano onde se objetivam ideias e projetos a serem executados por determinações de políticas educacionais formuladas por setores externos à escola, que, no mais das vezes, desconsideram a realidade do trabalho docente, do cotidiano escolar, e da prática educativa para a formação humana. Os saberes e as visões de mundo dos sujeitos integrantes da comunidade escolar que se objetivam na prática educativa e nos espaços diversos que compõem e organizam a escola necessitam ser considerados e reconhecidos como elementos protagonistas e constituintes da cultura escolar que, como categoria de análise, possibilita a compreensão da escola na sua totalidade.

Ocupar os espaços que possam ser identificados no cotidiano das escolas para estruturação de ações criativas fundamentadas intencionalmente pela consciência crítica a orientar os objetivos da formação e da aprendizagem é possível. Para utilizarmos uma expressão corrente em tempos de neoliberalismo como orientação das políticas públicas de educação, é necessário ter clareza de que lado nós estamos. A prática educativa na escola pública brasileira configura-se, assim, uma luta política e pedagógica.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9ª edição. São Paulo: Editora Hucitec; Annablume, 2002.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2016.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Editora Unesp, São Paulo, 2003.

FARIAS FILHO, L.M. (et. al.) A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. São Paulo v. 30, p. 139-159, jan/abr, 2004. Em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf> ; Acesso em maio/2020.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias de reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.

PAULO NETTO, J.; FALCÃO, M. C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez, 1989.

PENIN, S. A Aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura. Campinas: Papirus, 1994

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3.ed. São Paulo, Cortez: Autores associados, 1992